

# DIREITO E CIDADANIA

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: **Direitos humanos pra humanos direitos?**. Apresente proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

### TEXTO I

A promoção e a defesa dos Direitos Humanos são uma das atribuições mais importantes do Estado brasileiro na construção de um país que afirma como prioridade a cidadania e a dignidade de sua população. Concretizar os ditames constitucionais e os tratados internacionais de Direitos Humanos só se faz possível através da atuação conjunta e articulada. O Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios precisam unir-se para realizar intervenções eficazes para a realização dos Direitos Humanos. É preciso afirmar a igualdade de oportunidades e enfrentar as discriminações a partir de um trabalho de conscientização e mobilização. Isso se faz, sobretudo, pelo contato direto com a população, construindo e reforçando a cultura de defesa, proteção e promoção dos Direitos Humanos.

### TEXTO II

10 de dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A data foi instituída em 1950, dois anos após a Organização das Nações Unidas (ONU) adotar a Declaração Universal dos Direitos Humanos como marco legal regulador das relações entre governos e pessoas.

Hoje, temos votações no Congresso que envolvem a causa, e ações importantes como a Comissão da Verdade encerrando os trabalhos e apresentando um relatório que pede o julgamento de militares que cometeram crimes no período da ditadura; e a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (CEMDP), que pede a inclusão, como atribuição do Estado brasileiro, a realização de buscas e identificações de mortos e desaparecidos do período democrático.

### TEXTO III

A tese humanista endossada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, de modo que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. Proclamada há mais de seis décadas, algumas pessoas, ainda hoje, parecem ser mesmo simpáticas à Lei do Talião, tomada aqui em sua mais abjeta acepção.

De fato, não há como negar que o imediato e mais agudo sentimento que nos sobrevém diante de crimes bárbaros é o de desforra. É até instintivo desejar que o pedófilo, o estuproador e o latrocida sejam punidos na mesma medida e moeda dos seus respectivos delitos. Quem não desejaria vê-los padecendo da mesma dor infligida às suas vítimas?

### TEXTO IV



# DIREITO E CIDADANIA

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos textos a seguir e em seus conhecimentos sobre o assunto, REDIJA um texto dissertativo-argumentativo, discutindo o seguinte tema: **Lixo e cidadania: “Pensar globalmente, agir localmente”**. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seus pontos de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos.

### TEXTO I

#### Os Problemas Provocados pelo Lixo

Um dos principais problemas encontrados nas cidades, especialmente nas grandes, é o lixo sólido, resultado de uma sociedade que a cada dia consome mais.

Esse processo decorre da acumulação dos dejetos, os quais nem sempre recebem tratamento adequado. Isso tende a aumentar, uma vez que a população aumenta e gera elevação no consumo, e consumo significa lixo.

Para se ter uma noção mais ampla do problema, tomemos a cidade de São Paulo como exemplo: em média cada pessoa produz, diariamente, entre 800 g e 1 kg de lixo, ou de 4 a 6 litros de dejetos; por dia, são geradas 15.000 toneladas de lixo, o que corresponde a 3.750 caminhões carregados diariamente. Em um ano, esses caminhões enfileirados cobririam o trajeto entre a cidade de São Paulo e Nova Iorque, ida e volta.

### TEXTO II



### TEXTO III

#### TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DOS MATERIAIS JOGADOS NOS RIOS, NOS LAGOS E NO MAR.

 Papel De 3 a 6 anos	 Nylon Mais de 30 anos	 Plástico Mais de 100 anos
 Pano De 6 meses a 1 ano	 Filtro do cigarro 5 anos	 Metal Mais de 100 anos
 Chiclete 5 anos	 Borracha indeterminado	
 Madeira Pintada 13 anos	 Vidro 1 milhão de anos	

# DIREITO E CIDADANIA

## TEXTO IV

### O destino do lixo digital

O tema da reciclagem de computadores começa a aparecer em círculos especializados. Mas, por enquanto, a Convenção de Basileia (1989) é a única regulamentação internacional a respeito. Criada por representantes governamentais, de ONGs e de indústrias de cerca de 120 países, entre eles o Brasil, ela visa proibir o movimento de resíduos perigosos entre as fronteiras dos participantes. “A sucata eletrônica entrou na lista dos componentes vetados há apenas três anos”, diz Marcelo Furtado, coordenador de campanha do Greenpeace, um dos participantes. “Não existe controle sobre a doação de equipamentos velhos – que muitas vezes viram lixo”, alerta. O interesse pela sucata eletrônica, em geral por parte de países em desenvolvimento, tem motivos econômicos. Muitos computadores possuem metais preciosos em sua composição, como a prata e o ouro. Além de valiosos, 98% do ouro e da prata podem ser reutilizados. Uma das maiores empresas de reciclagem na Itália, a Geodis Logistics, aproveita mais material. Segundo seus cálculos, 94% dos componentes de um micro são reaproveitáveis. A notícia interessou outras grandes empresas.

# DIREITO E CIDADANIA

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A importância da participação política para a efetivação da cidadania no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

## TEXTO I

### O voto como ato de cidadania

Um dos pressupostos mais importantes da democracia é a participação política do cidadão, cuja principal forma de expressão é o voto. No entanto, nem sempre foi assim. O direito ao exercício de votar passou por várias fases em diferentes períodos de nossa história, chegando aos dias atuais com a conquista do voto direto e secreto.

Nossa história começa em 1532, com a eleição do Conselho Municipal da Vila de São Vicente. Somente em 1821, usando os dispositivos da Constituição Espanhola para eleger 72 representantes junto à Corte Portuguesa, é que o voto deixou de ser em âmbito municipal. Em 1891, pela primeira vez, foi exercido o voto direto para eleger um presidente e um vice-presidente, sendo Prudente de Moraes, o escolhido.

Em 1932, uma nova conquista foi alcançada, com o direito de voto feminino. Ainda durante a década de 30, o voto passou a ser secreto, porém, em 1937, a república sofreu um duro golpe promovido por Getúlio Vargas, que instituiu o Estado Novo, fechando o Congresso e impedindo que os brasileiros fossem às urnas durante os oito anos seguintes. Somente após a Segunda Guerra Mundial em 1945, com a vitória dos aliados e uma pressão pelo retorno da democracia, é que Vargas permitiu uma reorganização partidária e a volta das eleições neste mesmo ano. No entanto, o pior ainda estava por vir. Em 1964, outro golpe militar impediu o voto direto para presidente, vice-presidente e cargos majoritários como governadores, prefeitos e senadores. Começava o período mais negro de nossa história: a “Ditadura Militar”.

O Presidente João Goulart foi destituído de seu cargo e a censura tornou-se prática comum, como o fechamento de vários meios de comunicação, como rádios e emissoras de televisão. Em 1968, o novo presidente Costa e Silva, decretou o Ato Institucional número 5, o AI-5, dando plenos poderes ao governo. Novamente o Congresso foi fechado e diversos parlamentares tiveram seus direitos cassados. A década de 70 ficou conhecida como “anos de chumbo”. No entanto, em 1974, ressurgia a esperança através da campanha política do partido denominado MDB, liderado por Ulysses Guimarães, um dos maiores opositores do regime militar.

Em 1984, lideradas por Ulysses Guimarães, milhares de pessoas saíram às ruas em manifestações, exigindo a volta das eleições diretas. Esse momento ficou conhecido como “Diretas Já” e seu líder, Ulysses Guimarães, conhecido como o “Senhor Diretas”. Em 1985, ainda que de forma indireta, foi eleito Tancredo Neves, o primeiro presidente civil eleito após o golpe de 1964. Infelizmente, após ser eleito, foi acometido por uma grave doença e faleceu antes de tomar posse, sendo substituído pelo vice-presidente, o senhor José Sarney. Uma emenda constitucional restabeleceu o voto direto e concedeu o direito de voto aos maiores de 16 anos e aos analfabetos. Esta eleição marcou o fim da ditadura e o começo da redemocratização do país.

A partir de 1992, aconteceu a primeira eleição direta para presidente após a Ditadura Militar, sendo eleito para o cargo máximo do país, o senhor Fernando Collor de Mello, que acabou destituído do seu cargo, acusado de corrupção. Depois disso, ocorreram outras eleições para presidente, governadores e prefeitos, com inquestionáveis demonstrações de democracia, através de um sistema inovador, como as urnas eletrônicas.

# DIREITO E CIDADANIA

## TEXTO II

A palavra política está sustentada por uma expressão grega – polis, que quer dizer cidade e a palavra cidadania se fundamenta em um termo latino correlato – civitatem. Esses dois vocábulos nos remetem à vida em sociedade, com suas ações e atuações de direitos e deveres. Portanto a escola trabalha a cidadania, mas deve trabalhar a política, que está a ela associada. Ao estudarmos a cidadania devemos estudar também a política, dentro de um processo democrático. A escola tem função primordialmente social e quando a política se vincula à cidadania, elas se reinventam. Quando falamos em política na escola, nós não queremos dizer política partidária, pois esta deve ser estabelecida em espaços e ambientes adequados. A escola é o ambiente propício no significado abrangente de atentar à qualidade ao bem comum do seu cidadão, da coletividade e da comunidade, portanto dentro da instituição escolar a política, sem viés partidário deve ser objeto constitucional do currículo.

As expressões educação e cidadania estão inseridas no sentido político da educação, pois desenvolver o cidadão para a cidadania não é aceitável sem antes estabelecer o que seja essa cidadania. Educar politicamente para a cidadania é principalmente educar um sujeito participativo para ser um sujeito crítico, no sentido de co-participante da democracia. Essa é a verdadeira educação para uma nova cidadania, que é uma postura que precisa ser estimulada. Os direitos e deveres civis e políticos, devem ser trabalhados por meio de valores éticos. É necessário compatibilizar cidadania, política e diversidade, através de princípios éticos. Educar é uma ação que propõe a convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política, fazendo de cada sujeito um autor de transformação social.

A democracia só se constituirá como substancial se a formação política for propiciada no ambiente escolar. A escola, enquanto uma criação social, é um dos lugares adequados de formação e informação, em que a aprendizagem deve estar em concordância com os assuntos sociais que assinalam cada momento histórico. As diferentes configurações de organização da sociedade devem ser debatidas e consideradas no ambiente escolar, com o objetivo de propiciar o diálogo entre educadores e alunos sobre o fato histórico e político, relacionando presente e passado e constatando as transformações necessárias ao bem da coletividade. Através das vivências plurais os alunos passam a exercer a cidadania social e política. De acordo com Delor: “A educação para a cidadania constitui um conjunto complexo que abraça, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública. Não pode, pois ser considerada como neutra do ponto de vista ideológico”. Ref: Mario Sergio Cortella

## TEXTO III

